



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO PIRIÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO PIRIÁ
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015
VIII EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1. DA CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO

1.1. O Prefeito Municipal de Cachoeira do Piriá, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no item 2 do Edital do Concurso Público 001/2015, para provimento de cargos na administração pública municipal, devidamente homologado através dos Editais de Homologação nº 07/2016, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, nº 33087, de 14 março de 2016, e nº 08/2016, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, nº 33104, de 08 abril de 2016 e na Home Page www.fadesp.org.br, bem como afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, torna pública a **8ª Convocação** dos candidatos **classificados** constantes no Anexo I deste Edital.

1.2. Todos os candidatos constantes desta convocação conforme anexos deverão comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, localizado no térreo da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá, localizada a Av. Getúlio Vargas nº 534, Centro, Cachoeira do Piriá-Pará, no período de **04 de Setembro à 15 de Setembro de 2017** no horário das 8h às 12h e de 14 às 18h, a fim de apresentação de documentos comprobatórios de habilitação para nomeação e provimento do cargo.

1.3. Os convocados deverão se apresentar perante o Médico, designado pelo Secretário Municipal de Saúde na sede da Secretaria Municipal de Saúde, na rua Magalhaes Barata nº 193, Bairro Centro, Cachoeira do Piriá-Pa, no horário de 08:00 as 12:00, de segunda a sexta-feira, a fim de proceder à avaliação médica quanto aos exames pré-admissionais. Não haverá atendimento médico nos dias 07 e 08 de Setembro.

1.4. Os candidatos deverão comparecer para a Avaliação do exame-médico-pericial, com os originais dos seguintes exames (que serão retidos pelo Médico):
a) – **HEMOGRAMA COMPLETO; GLICEMIA DE JEJUM; URINA DE ROTINA; TIPAGEM SANGUÍNEA; ELETROCARDIOGRAMA E HEPATITE (TGO/TGP); RAIOS-X (TORAX).**

1.5. Os candidatos constantes desta convocação, identificados como pessoas com deficiência deverão apresentar-se junto ao perito munido de laudo médico detalhado que comprove a deficiência declarada, para, além da avaliação médica comum a todos os candidatos, se submeterem à perícia médica com a finalidade de caracterização da deficiência declarada no ato da inscrição bem como sua compatibilidade com as atribuições do cargo.

2. DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA PARA POSSE

2.1. O candidato considerado **APTO** no laudo da avaliação médica deverá apresentar a seguinte documentação para tomar posse no cargo:

- a) CPF
- b) Carteira de Identidade (RG)

- c) Carteira de Trabalho (CTPS)
- d) Título de Eleitor, bem como comprovante de estar em dia com a Justiça Eleitoral (comprovante de votação na última eleição ou certidão emitida pela justiça Eleitoral).
- e) Carteira de Habilitação (Para Cargos relacionados a condução de veículos)
- f) Carteira de Reservista (Sexo Masculino)
- g) Carteira Profissional (Para os Cargos que exigem Registro do Conselho)
- h) Número de Inscrição do PIS/PASEP
- i) Certidão de Nascimento ou Casamento
- j) Certidão de Nascimento dos Dependentes Menores de 14 Anos
- k) Comprovante de Residência
- l) Antecedentes Criminais (Polícia Civil)
- m) Escolaridade completa e habilitação exigida para provimento do cargo pretendido, adquirida em instituição de ensino legalmente reconhecida ou autorizada;
- n) Diploma de conclusão de curso em que conste a informação de que o curso foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e carga horária; ou,
- o) Certificado ou declaração de conclusão de curso, com a carga horária, obrigatoriamente acompanhada do histórico escolar, no qual conste a informação de que o curso foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE).
- p) Caso o diploma, certificado ou declaração de conclusão de curso não se explicita que o curso atende às normas do CNE, essa observação deverá vir em declaração fornecida pela instituição, anexada à documentação.
- q) 02 Fotos 3X4
- r) Declaração de Acúmulo de Cargo, função e/ou Emprego Público, conforme previsto no Art. 37, XVI, a, b e c da C. F;
- s) Declaração de bens que constitui seu patrimônio, atualizada. (§ 5º. do Art. 13 da Lei Municipal nº 04/2006-RJU;
- t) Laudo Médico detalhado que comprove a deficiência declarada no ato da inscrição.

Obs: Apresentar cópias autenticadas, com exceção aos itens: q, r, s e t.

2.1.1. Não há que se confundir laudo médico da deficiência com atestado médico. 2.2.2 Os candidatos constantes desta convocação, identificados como pessoas com deficiência(PcD) deverão apresentar juntamente com o laudo da avaliação médica, o laudo da perícia médica de caracterização da deficiência declarada no ato da inscrição bem como sua compatibilidade com o exercício do cargo pleiteado, conforme Decreto Federal 3.289/99.

3. DO REGULAMENTO PARA POSSE E EXERCÍCIO (Lei Municipal 04/2006-RJU)

3.1. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo perante o titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças (§7º do art. 13 da L.M. nº 04/2006);

3.2. A posse ocorrerá no prazo de até vinte dias, contados da data de publicação do ato de provimento (Decreto de nomeação) (§1º do art. 13 da L.M. nº 04/2006-RJU).

3.2.1. A posse poderá ser prorrogada por trinta dias, a pedido do interessado, por problemas de saúde, com comprovação médica.

3.2.2. O requerimento do qual trata o subitem anterior deverá ser protocolado junto ao Protocolo Geral no Prédio da Prefeitura Municipal, juntamente com a comprovação médica.

3.2.3. O servidor que na data da nomeação, se encontrar em gozo oficial de umas das licenças abaixo, o prazo para posse será contado do término da mesma.

- a) por motivo de doença em pessoa da família;
- b) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, com problemas de saúde;
- c) para o serviço militar
- d) para atividade política;
- e) para capacitação ou qualificação profissional;
- f) para desempenho de mandato classista;
- g) maternidade;
- h) paternidade;
- i) para tratamento de saúde;
- j) por acidente em serviço.

3.2.4. A posse poderá dar-se por procuração específica, emitida por cartório oficial.

3.2.5. O ato de provimento será tornado sem efeito, pelo Chefe do Executivo, caso a posse não ocorra dentro dos prazos estabelecidos.

3.2.6. O prazo máximo para entrada em exercício é de dez dias, contados da data da posse.

3.2.7. O servidor será exonerado do cargo se não entrar em exercício no prazo previsto no subitem anterior, observado o disposto nos subitens 3.2.2 e 3.2.3.

3.2.8. Ao entrar em exercício o servidor ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos, período em que seu desempenho será objeto de avaliação especial para adquirir a estabilidade no serviço público municipal.

3.2.8.1. A avaliação a qual se refere o subitem anterior e, regulamentada pelo Chefe do Executivo, observa os seguintes fatores:

- a) assiduidade;
- b) disciplina;
- c) capacidade de iniciativa;
- d) produtividade;
- e) responsabilidade;

3.2.8.2. O Termo de Exercício deverá ser assinado pelo titular de cada Secretaria onde o servidor entrar em exercício e, devolvido uma cópia ao servidor e outra ao Departamento de Recursos Humanos para registro no devido assentamento individual do servidor e iniciar os procedimentos remuneratórios.

3.2.8.3. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

3.2.8.4. O término do estágio probatório importa no reconhecimento da estabilidade de ofício.

3.3. Constitui anexo deste Edital a relação nominal dos convocados por cargo, polo ou microarea, número de inscrição e ordem de convocação, conforme Resultado Final.

3.4 . As nomeações das pessoas com deficiência obedecerão o estabelecido no item 3.3 do Edital do Concurso Público nº 01/2015.

3.4. As nomeações se darão conforme as necessidades da Administração Pública Municipal.

Cachoeira do Piriá, Estado do Pará, 23 de Agosto de 2017.

Leonardo Dutra Vale

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO –VIII EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Cargo 16 : AGENTE ADMINISTRATIVO		
POLO I		
ORDEM	ESCRICÃO	NOME
10º	006609	CARLOS HENRIQUE FRANCO DE LIMA
11º	000350	JEAN CARLOS BARROS DE MOURA
12º	000119	VERA LUCIA NASCIMENTO LAURINDO

Cargo 08 : MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS		
POLO I		
ORDEM	ESCRICÃO	NOME
2º	001551	JACO TAVARES DA SILVA